



International Panel of  
Parliamentarians for  
Freedom of Religion or Belief



Brasília, DF – 01 de ABRIL de 2015,

**Excelentíssimo Sr. Ri Hwa Gun,**  
Embaixador da República Popular da Coreia do Norte no Brasil,

Nós escrevemos hoje como membros da nova Frente Parlamentar Mista para Refugiados e Ajuda Humanitária do Congresso Nacional Brasileiro, e como membros do Painel Internacional de Parlamentares para Liberdade de Religião ou Crença (IPP/BRASIL), e informamos que o Representante Permanente da República Democrática Popular da Coreia na Organização das Nações Unidas também recebeu esta carta em nome dos membros do IPP internacional.

O nosso novo grupo está comprometido a promover a liberdade religiosa ou de crença para todos em todos os lugares, independentemente de suas crenças religiosas. Nós escrevemos hoje coletivamente para compartilhar as nossas preocupações acerca da situação da liberdade religiosa na República Democrática Popular da Coreia (RDPC). Estamos profundamente incomodados pelos relatórios correntes das violações dessa liberdade fundamental. Nós respeitosa e pedimos ao seu governo para garantir que todos os indivíduos em seu país possam desfrutar completamente da liberdade religiosa ou de crença sem temor de maus tratos ou outras formas de intimidação que restrinjam os seus direitos básicos.

Com a divulgação do relatório da Comissão de Inquérito da Comissão de Direitos Humanos de 2014, os preocupantes registros de direitos humanos da RDPC foram trazidos à luz para que todo o mundo veja. O relatório reflete as preocupações de um corpo inteiro de nações e foi um item chave para a discussão na 60ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Como parlamentares brasileiros, nós estamos especialmente alarmados pela caracterização dos relatórios de “negação quase que completa do direito de liberdade de pensamento, consciência e religião, assim como os direitos de liberdade de opinião, expressão, informação e associação.” A liberdade religiosa e de crença genuína e significativa confere a todos os seres humanos individuais o direito de pensar da forma que lhes agrada e crer ou não de acordo como as suas consciências os guiam.

O relatório notou violações específicas severas da liberdade religiosa ou de crença que são particularmente perturbadoras, tais como: o Cristianismo é considerado um crime político e cristãos praticantes fora das igrejas controladas pelo estado são perseguidos; vigilância intrusiva impede ou restringe a capacidade de adotar crenças que não são controladas e propagadas pelo estado; e do tratamento desumano daqueles que tiveram contato com as igrejas cristãs fora da RDPC, como prisão, desaparecimentos forçados e até execuções. Esses atos não apenas violam as

convenções internacionais, inclusive o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, do qual a RDPC é parte, mas são moralmente indefensíveis.

Em Dezembro de 2014, uma maioria esmagadora dos estados membros da ONU aprovaram a resolução condenando a conduta da RDPC e apelando pelo fim dos abusos, encaminhando a questão ao Conselho de Segurança da ONU para uma análise mais aprofundada. Nós o encorajamos e o seu governo a verem esse momento de crescente e intensificado escrutínio global como uma oportunidade para reformar as práticas, políticas e leis do seu país que limitam a liberdade religiosa.

De acordo com as recomendações do relatório da Comissão do Inquérito, nós o encorajamos a levantar todas as restrições incompatíveis com as normas internacionais sobre a liberdade religiosa ou de crença.

Sr. Embaixador, vosso país tem a oportunidade única de observar a chamada de reforma. Nós, como parlamentares brasileiros, respeitadamente pedimos que o senhor aproveite este momento e trace um novo caminho que respeite a liberdade religiosa ou de crença.

Com os melhores cumprimentos,



**LEONARDO QUINTÃO**

Deputado Federal

**Líder do International Panel of Parliamentarians for Freedom of Religion or Belief –**

**IPP/Brasil**

**Presidente da Frente Parlamentar Mista para Refugiados e Ajuda Humanitária**




**Dr. Uziel Santana dos Santos**

**Presidente**

**Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)**

[www.anajure.org.br](http://www.anajure.org.br)



# International Panel of Parliamentarians for Freedom of Religion or Belief

March 30, 2015

**H.E. Mr. Ja Song Nam**

**Permanent Representative of the Democratic People's Republic of Korea to the United  
Nations 820 Second Avenue, 13th Floor New York, NY 10017**

Dear Mr. Ambassador:

We write today collectively to share our concerns about the religious freedom situation in the Democratic People's Republic of Korea (DPRK). We come from a variety of countries with different parliamentary systems in various regions, but we all are deeply troubled by ongoing reports of violations of this fundamental freedom. We respectfully ask your government to ensure that all individuals in your country can fully enjoy freedom of religion or belief without fear of harassment or other forms of intimidation that restricts their basic rights.

With the release of the United Nations Human Rights Council's Commission of Inquiry report in 2014, the DPRK's troubling record on human rights was brought to light for the entire world to see. The report reflects the concerns of an entire body of nations and was a key item of discussion at the 69th Session of the United Nations General Assembly. As parliamentarians representing UN member states, we are especially alarmed by the report's characterization of the "almost complete denial of the right to freedom of thought, conscience and religion, as well as of the rights to freedom of opinion, expression, information and association." Genuine and meaningful freedom of religion or belief bestows upon every individual human being the right to think as they please and to believe or not believe as their conscience guides them.

The report notes several specific violations of freedom of religion or belief that are particularly disturbing, such as: Christianity is considered a political crime and Christians practicing outside state-run churches are persecuted; intrusive surveillance prevents or restricts the ability to adopt beliefs that are not controlled and propagated by the state; and the appalling treatment of those found to have had contact with Christian churches outside the DPRK, such as imprisonment, forcible disappearances and even executions. These acts not only violate international standards, including the International Covenant on Civil and Political Rights, to which the DPRK is party, but they are morally indefensible.

In December 2014, an overwhelming majority of UN member states approved a resolution condemning the DPRK's conduct and calling for the abuses to end, forwarding the matter to the UN Security Council for further consideration. We encourage you and your government to see this moment of increased and intensified global scrutiny as an opportunity to reform your country's practices, policies and laws that limit religious freedom.

Pursuant to the recommendations of the Commission of Inquiry's report, we strongly encourage you to lift all restrictions inconsistent with international standards on freedom of religion or belief. Mr. Ambassador, your country has the unique chance to heed the call of reform. We, as parliamentarians from different jurisdictions and faiths, respectfully urge you to seize this moment and chart a new path that respects freedom of religion or belief.

Yours sincerely,

Baroness Elizabeth Berridge  
Reino Unido

Abid Raja, MP  
Noruega

Aykan Erdemir, MP  
Turquia

David Anderson, MP  
Canadá

Leonardo Quintao, Deputado  
Brasil

Senador D. Fawcett  
Austrália

Roberto de Lucena, Deputado  
Brasil

Senador Thanh Hai  
Canadá

Heribert Hirte

Heribert Hirte, MP  
Alemanha



Shwe Maung, MP  
Myanmar



Asiya Nasir, MP  
Paquistão

Cheryllyn Dudley,  
África do Sul

Christopher Cocksworth

Rt. Revd. Christopher Cocksworth (House of Lords)  
Reino Unido



Gerardo Amarilla  
Uruguai